

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência trata sobre a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames médicos e diagnósticos, com emissão de laudos, destinados ao atendimento da rede pública de saúde do Município de Bragança/PA, no âmbito da Atenção Especializada (MAC), conforme diretrizes do SUS**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas deste Termo de Referência.

1.2. A contratação compreende a execução de serviços assistenciais integrados, incluindo:

- a) Realização de exames laboratoriais;
- b) Realização de exames de imagem;
- c) Execução de procedimentos com finalidade diagnóstica;
- d) Atendimento ambulatorial especializado;
- e) Acompanhamento de gestantes e puérperas de alto risco;
- f) Emissão de laudos médicos por profissionais habilitados.

1.3. Os serviços deverão atender, prioritariamente, às demandas da Rede Materno Infantil, especialmente no que se refere ao atendimento ambulatorial de gestação e puerpério de alto risco, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde materno-infantil no município.

1.4. A **contratação será realizada de forma global**, considerando a necessidade de integração, padronização e execução contínua dos serviços, garantindo maior eficiência administrativa e melhor qualidade na assistência prestada à população.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação visa fortalecer e ampliar a oferta de serviços de Atenção Especializada no Município de Bragança/PA, especialmente no âmbito da Rede Materno Infantil.

2.2. O município exerce papel estratégico regional e enfrenta elevada demanda por serviços de média complexidade, especialmente para acompanhamento de gestantes de alto risco e realização de exames diagnósticos.

2.3. A insuficiência da estrutura própria municipal tem gerado:

- a) Filas de espera;
- b) Atrasos diagnósticos;
- c) Encaminhamentos intermunicipais;
- d) Riscos à saúde materno-infantil.

2.4. A contratação decorre, ainda, do incremento financeiro destinado ao custeio da Média Complexidade, permitindo ampliar a oferta e qualificar os serviços prestados.

Assim, a contratação visa garantir atendimento contínuo, resolutivo e humanizado, alinhado às diretrizes do SUS.

3 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**.

3.2. O critério de julgamento será o **menor preço global**.

3.3. A escolha do critério global justifica-se pela necessidade de execução integrada dos serviços, evitando fragmentação e garantindo eficiência.

4 – DO ITENS /DETALHES

4.1. Os serviços compreendem a realização de exames laboratoriais, exames de imagem, procedimentos diagnósticos e atendimentos especializados.

4.2. Os quantitativos estimados encontram-se detalhados em planilha anexa.

4.3. A execução deverá atender às demandas da rede municipal, com prioridade para:

- a) Gestantes de alto risco;
- b) Demandas reguladas;
- c) Pacientes da Atenção Especializada.

4.4. Segue relação dos procedimentos:

| COD. PROC. | DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO | QUANT. |
|------------|--|--------|
| 0202010120 | DOSAGEM DE ACIDO URICO | 4200 |
| 0202010180 | DOSAGEM DE AMILASE | 1800 |
| 0202010201 | DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES | 4200 |
| 0202010317 | DOSAGEM DE CREATININA | 4200 |
| 0202010422 | DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA | 3600 |
| 0202010465 | DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT) | 3360 |
| 0202010473 | DOSAGEM DE GLICOSE | 1080 |
| 0202010554 | DOSAGEM DE LIPASE | 2280 |
| 0202010627 | DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES | 4200 |
| 0202010643 | DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO) | 4200 |
| 0202010651 | DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP) | 4200 |
| 0202010694 | DOSAGEM DE UREIA | 2880 |
| 0202020070 | DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO- | 720 |
| 0202020096 | DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE | 720 |
| 0202020142 | DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP) | 720 |
| 0202020304 | DOSAGEM DE HEMOGLOBINA | 2880 |
| 0202020363 | ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO) | 3240 |
| 0202031110 | TESTE DE VDRL PARA DETENCAO DE SIFILIS | 8160 |
| 0202031179 | VDRL PARA DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTES | 6480 |
| 0202050017 | ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA | 7200 |
| 0202060217 | DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (BETA HCG) | 3240 |
| 0202080064 | BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR (TUBERCULOSE) | 360 |
| 0202010368 | DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA | 3600 |
| 0202120082 | PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO) | 10800 |
| 0202010732 | GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE) | 600 |
| 0204030153 | RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL) | 1800 |
| 0205020046 | ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL | 1800 |
| 0205020054 | ULTRA-SONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO | 1800 |
| 0205020143 | ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA | 3564 |
| 0205010059 | ULTRA-SONOGRAFIA DPPLER DE FLUXO OBSTÉTRICO | 1800 |
| 205020186 | ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL | 3600 |
| 0211020036 | ELETROCARDIOGRAMA | 3000 |
| 0301010048 | CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENCAO ESPECIALIZADA | 7200 |
| 0301010072 | CONSULTA MEDICA EM ATENCAO ESPECIALIZADA | 6000 |

| | | |
|------------|---|------|
| 0301060029 | ATENDIMENTO DE URGENCIA C/ OBSERVACAO ATE 24 HORAS EM ATENCAO ESPECIALIZADA | 5400 |
| 0301060061 | ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENCAO ESPECIALIZADA | 6000 |
| 0301100012 | ADMINISTRACAO DE MEDICAMENTOS NA ATENCAO ESPECIALIZADA POR (PACIENTE) | 8160 |
| 0401010112 | RETIRADA DE CORPO ESTRANHO SUBCUTANEO | 360 |

5 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os serviços objeto desta contratação enquadram-se como **serviços comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

6 – REQUISITOS TECNICOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Requisitos Técnicos

- a) Equipe multiprofissional qualificada;
- b) Estrutura física regularizada;
- c) Equipamentos adequados;
- d) Emissão de laudos por profissionais habilitados;
- e) Cumprimento dos protocolos do SUS.

6.2 Requisitos Operacionais

- a) Integração com regulação municipal;
- b) Cumprimento de prazos;
- c) Atendimento prioritário para Gestação de alto risco;
- d) Estrutura adequada com ênfase na Rede Materno Infantil, especialmente no atendimento emergencial de gesta o e puerpério de alto risco, bem como dispor de UTI e UCI Neonatal;
- e) Registro da produ o assistencial.

6.3 Requisitos Administrativos

- a) Comprova o de que a contratada forneceu itens compatíveis em características

com o objeto da licitação através da apresentação de, no mínimo, a 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

7 - DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. Para a aquisição em tela será formalizada em Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes; Fundo Municipal de Saúde e empresa considerada vencedora.

7.2. O contrato terá vigência de 12 meses.

7.3. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 137 da Lei Federal nº 14.133/21.

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados da EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL nº 36000722155202500.

9 - DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal de Contrato e Setor Competente.

9.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá discriminar os itens do avença, se for o caso, constando o valor unitário e as demais especificações constantes na proposta consolidada vencedora do certame;

9.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá vir acompanhada de recibo de pagamento, Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal, Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS e Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou

inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços e/ou correção monetária;

9.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que a desaprove, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento será suspenso até que a CONTRATADA providencie as correções necessárias, não acarretando quaisquer ônus à Administração Municipal;

9.6. À Administração Municipal fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante o avença, o objeto seja entregue em desacordo com as condições pactuadas, sem constituir-se em mora, por essa decisão.

10 - LOCAL E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços objeto desta contratação deverá ser executados, prioritariamente, no território do Município de Bragança/PA, em estabelecimento próprio da contratada ou por ela disponibilizado, devidamente regularizado junto aos órgãos competentes.

10.2. A execução dos serviços no âmbito municipal tem como finalidade:

- a) Garantir o acesso facilitado da população;
- b) Evitar deslocamentos intermunicipais de pacientes;
- c) Reduzir custos indiretos com transporte sanitário;
- d) Assegurar maior celeridade na realização dos exames e atendimentos;
- e) Fortalecer a rede local de atenção à saúde, especialmente no atendimento materno-infantil e Gestação de Alto Risco.

10.3. Caso a empresa vencedora não possua estrutura instalada no município no momento da contratação, deverá providenciar a instalação e pleno funcionamento da unidade de atendimento no prazo máximo da ocasião da assinatura do contrato, garantindo o início da execução dos serviços conforme cronograma estabelecido.

10.4. Os serviços deverão ser prestados em ambiente adequado, observando:

- a) Normas sanitárias vigentes;

- b) Licenciamento junto à vigilância sanitária;
- c) Condições de acessibilidade;
- d) Estrutura assistencial com UTI e UCI Neonatal;
- e) Equipamentos compatíveis com os procedimentos realizados;
- f) Recursos humanos qualificados.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 - São obrigações da Contratante:

11.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;

11.1.6 - Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

11.1.7 - Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.8.1 - Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

11.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1 Fornecer contato telefônico para comunicações informais junto à CONTRATANTE e endereço eletrônico de e-mail para receber toda e qualquer comunicação formal, seja requisição de material, notificação e outras que se fizerem pertinentes;

12.1.2 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do avença;

12.1.3 Os serviços a serem fornecidos deverão ser sempre de boa qualidade, segundo os padrões definidos pelos órgãos de controle de qualidade e padronização, no que couber, considerando-se também as disposições da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.1.4 Os serviços deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações deste Termo.

12.1.5 Os serviços ofertados na Proposta de Preços deverão ter especificações claras, completas e detalhadas, considerando-se dentre outras informações.

12.1.6 Será verificada a equivalência dos serviços entregues, com as especificações contidas no Edital de licitação, sendo confrontadas também, com a Proposta de preços

apresentada pela empresa vencedora. Não será aceito serviço divergente quanto à especificação informada na proposta de preço da empresa vencedora.

12.1.7 Na eventualidade de se verificar defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam o recebimento ou a utilização dos serviços nas finalidades administrativas institucionais, a CONTRATANTE, sustará os processos relativos a pagamentos em nome da contratada, enquanto não forem sanadas as incorreções, o que deverá ocorrer no prazo estabelecido neste Termo.

12.1.8 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.

12.1.9 Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato.

12.1.10 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá enviar a contratante os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.1.12 Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.1.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.1.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

12.1.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV) Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam

tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

13.9 A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14. FISCAL DO CONTRATO

14.1 Para execução e fiscalização e atestar o recebimento do objeto deste avença nas Notas Fiscais apresentadas, fica designado o servidor deste Fundo, conforme portaria de designação anexa nos autos.

Bragança em 20 de março de 2026

Elaborado por:

Edson Lobo de Lima

Coordenador de Compras, Contratos e Convênios

Aprovo este Termo de Referência e atesto sua conformidade:

Aline do Socorro Lopes Gomes

Secretária Municipal De Saúde